

## **PASTOR, PADRES, FREIRAS E LEIGOS ENSINANDO OS ALUNOS MIGRANTES EM TANGARÁ DA SERRA - MATO GROSSO (1968 – 1975)**

**CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA\***

### **Resumo**

Esta investigação tem como objetivo analisar as práticas educativas de pastor, padres, freiras e leigos na história do Ginásio Estadual de Tangará da Serra (1968 – 1976), em tempos de colonização recente de Mato Grosso, tendo como referências as categorias professor e aluno, ambas amalgamadas na relação entre migração e escolarização em Mato Grosso durante a ditadura militar brasileira. A análise será construída tendo como referência principal o Regimento Interno do Ginásio Estadual de Tangará da Serra elaborado em 1969, com eficácia até 1975. Outras fontes históricas: escritas, orais e iconográficas, também servirão como elementos de comparações e análise para melhor compreensão da formação educacional que receberam os filhos de migrantes na região sudoeste de Mato Grosso. O espaço em questão era o único da localidade, que poderia proporcionar o melhor nível de instrução em Tangará da Serra – MT. A História Cultural constitui na baliza teórico-metodológica que permitiu o exercício frente às fontes documentais, em especial neste estudo, os documentos escolares.

**Palavras-chave:** Ensino Médio, Migração, docência.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em 29 de novembro de 1968, através do Decreto Legislativo nº 2.876, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968, porém outra publicação do poder executivo, o Decreto Lei nº 1.084 de 04 de março de 1970, dispõe sobre a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, e seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso através da Resolução n. 23 de 10 de março de 1970.

A legislação de criação pelo poder executivo de Mato Grosso, e a autorização do Conselho Estadual de Educação, são posteriores ao início do funcionamento do Ginásio Estadual, pois este começou suas atividades em 18 de março de 1969.

Em 1973, através do decreto nº 1.542 de 10 de julho, em conformidade com os novos princípios da Lei 5.692/71, elevou-se o Ginásio Estadual de Tangará da Serra em nível de 2º Grau alterando inclusive, sua denominação para Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra. Em 26 de outubro de 1976, através do Decreto nº 768 houve a integração física do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” com a

Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, pois ambos eram espacialmente próximos, ocupando a quadra 129 da planta urbana geral de Tangará da Serra<sup>1</sup>. Com a integração, as duas unidades escolares, transformaram-se em apenas uma denominando-se Escola Estadual de I e II Graus “29 de Novembro”.

Neste texto, o estudo das categorias professor e aluno, serão feitos tendo em vista, a temporalidade da criação do ginásio estadual e a sua transformação em escola estadual, limitando a análise à sua integração física com o grupo escolar em 1976.<sup>2</sup> A abordagem sobre a categoria professor implicará, na compreensão do curso de Magistério oferecido na Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra.

O processo de mobilização para a criação do Ensino Médio em Tangará da Serra contou com a liderança da Ir. Maria Monfort<sup>3</sup>, delegada de Ensino, com o Pastor Albino Ferraz<sup>4</sup> e com Antônio Hortolani.<sup>5</sup> Este grupo buscou o apoio de várias pessoas para ingressarem na luta pela criação do ensino ginasial em Tangará da Serra. José Onofre Batista<sup>6</sup> foi encarregado da elaboração do processo burocrático para a implantação do Ginásio Estadual.

---

<sup>1</sup> A zona urbana e rural de Tangará da Serra foi resultado de um projeto de colonização privada que teve início em 1960, no movimento de abertura da fronteira agrícola mato-grossense. Posteriormente, foi emancipado em 13 de maio de 1976. Encontra-se localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso, conforme estimativa IBGE 2009 possui 81.960 habitantes.

<sup>2</sup> A análise será realizada até 1975, ano anterior à integração física das duas escolas.

<sup>3</sup> Gentile Beber tinha como nome religioso, Ir. Maria Monfort de Jesus Hóstia; era irmã da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, nasceu em Ribeirão das Cobras, município de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, aos sete de agosto de 1929 e faleceu em Florianópolis em 26 de maio de 1999. Ir. Maria Monfort foi Madre Provincial da Congregação em Mato Grosso de 01 de janeiro de 1966 a 01 de janeiro de 1972; em Mato Grosso foi também Delegada de Ensino, no período de 1968 a 1973, responsável pela Delegacia de Rosário Oeste, cuja jurisdição chegava até Tangará da Serra. Foi Madre Geral da Congregação em São Paulo de 1973 a 1984. Em 24 de dezembro de 1984 foi enviada a Vígolo Vattaro, Itália, terra natal de Madre Paulina, permanecendo até setembro de 1988, quando voltou a Vígolo – Nova Trento – SC para a preparação da beatificação de Madre Paulina, permanecendo nesta comunidade até 1999. Em 26 de maio de 1999, com 70 anos e 47 de Vida Religiosa faleceu em Florianópolis (MEES, 1983) e (Irmã Maria Monfort, manuscrito, 2008).

<sup>4</sup> Pastor da Igreja Batista de Tangará da Serra, Albino Ferraz, migrou-se para Tangará da Serra em 1968, com apenas 28 anos de idade. Sua mudança para essa nova localidade foi atendendo ao convite do senhor Jonas Lopes da Silva e de Arlindo Lopes da Silva, que eram presidentes e vice-presidentes da Primeira Igreja Batista de Tangará da Serra. Quando já residia em Tangará da Serra, o senhor Arlindo Lopes da Silva, questionou se ele poderia ajudar na criação do ginásio e, como ele aceitou, conversaram com a Ir. Maria Monfort, que era a delegada de Ensino de Rosário Oeste e começaram a buscar professores para organizar o ensino médio em Tangará da Serra.

<sup>5</sup> Gerente da empresa SITA, responsável pela colonização de Tangará da Serra.

<sup>6</sup> José Onofre Batista, ao participar da criação do Ginásio Estadual, tornou-se seu secretário até 1975.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em conformidade com a Lei 4.424/61 que estabelecia em seus artigos 33 e 34 que a educação de grau médio prosseguia à escola primária e destinava-se à formação de adolescentes, ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, abrangendo entre outros, cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Segundo Souza (2008), a escola secundária brasileira no início da República, privilegiou os estudos literários, embora tentasse conciliar com estes os estudos científicos. A educação literária é herdeira da educação dos colégios, *locus* das humanidades, desde o século XVI na Europa. A educação literária foi abalada pelo movimento iluminista que estabelecia a cultura científica, porém não perdeu sua primazia no interior da escola secundária do Brasil na primeira república. Um novo desenho curricular para a escola secundária brasileira foi estruturado baseado na cultura científica e técnica e em valores mais utilitários no início dos anos sessenta do século XX, em particular com o advento da Lei 4.024/61.

A criação do Ginásio Estadual em Tangará da Serra se fez necessária devido ao número crescente de migrantes que chegavam à localidade com a educação primária concluída e não podiam dar continuidade aos seus estudos. Havia também aqueles estudantes que tendo concluído a 4ª série do ensino primário na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, ou nas Escolas Reunidas de Tangará da Serra, ou em alguma escola rural, desejavam ampliar suas vidas escolares.

O Ginásio Estadual, a fim de atender uma demanda existente, começa a se configurar, a princípio como um anseio da comunidade local, e em seguida com o apoio da Delegacia de Ensino e Cultura de Rosário Oeste. A expansão do ensino médio era um movimento, nesta segunda metade do século XX, que estava acontecendo em várias regiões do Brasil.

Em meados do século XX, a situação do ensino secundário no Brasil havia se alterado significativamente. A expansão expressiva, quando comparada às décadas anteriores, se ainda não propiciaria uma democratização efetiva, caminhava a passos resolutos para essa direção à medida que se intensificava a demanda das camadas médias e de setores das classes populares e crescia a rede de escolas estaduais e particulares (SOUZA, 2008:203).

Em Mato Grosso, esta expansão é traduzida pelo movimento migratório, fazendo com que surgissem várias escolas primárias e médias em localidades que na década de setenta iriam se configurar como novos espaços urbanos e emancipados politicamente,

configurando-se como sedes municipais, como foi o que aconteceu com Tangará da Serra, em 1976.

A docência do Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi realizada por pessoas que tinham formação de grau médio completa, em poucos casos incompleta, e também de profissionais com ensino superior. Para organizar e dar início ao funcionamento do ginásio foram selecionadas pessoas na comunidade de Tangará da Serra, que pudessem contribuir com a escolarização dos filhos e filhas das famílias migrantes. Desta forma, pastor, padres, freiras e leigos formaram a equipe que deveria contribuir na formação intelectual da população de Tangará da Serra de 1969 à 1975.

Dentre os professores que assumiram esta tarefa, no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, estão: Albino Ferraz, professor de Português e de Educação Artística, membro e pastor da Igreja Batista, bacharel em Teologia, com ênfase em música sacra; Edgar Henrique Mueller, professor de Religião e História, padre jesuíta, teólogo; Maria Laura Hansel (Ir. Myriam), professora de Geografia, cursando o ensino Normal, irmã da Congregação da Divina Providência; Ciro C. de Freitas, professor de Matemática e Inglês, trabalhava com mecânica e funilaria, tinha curso técnico de nível médio; Emílio Fernandez Lopez, professor de Ciências, funcionário da SITA, tinha formação de grau médio; Neide Parada de Oliveira, professora de Educação Técnica Manual, formação de grau médio, não exercia outra atividade além de ser professora e dona de casa, tinha formação de grau médio; e Francisco Ciro Leite, policial da localidade, tinha formação incompleta de Ensino Médio, depois concluiu em Tangará da Serra, era professor de Educação Física.

Dentre estes primeiros professores do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, apenas a Ir. Myriam Hansel estava em formação pedagógica, os demais ensinavam tendo como referência os professores que tiveram quando eram alunos. Em depoimentos, os alunos da primeira turma a concluir o ensino ginasial em Tangará da Serra, destacam que, todos os professores utilizavam aula expositiva para a abordagem dos conteúdos, porém, alguns se dedicavam mais à sua preparação e execução enquanto outros, segundo depoimento dos alunos, “copiavam o ponto no quadro” e depois lia-o para a classe.

A expressão ter didática, ou não ter didática, é muito comum na memória dos alunos. Para eles, ter didática, era saber explicar o conteúdo, tornar as informações

acessíveis para que nas provas pudessem ter bons resultados. Pereira (2009) ao abordar sobre a metodologia de trabalho do professor Albino Ferraz, destaca que: “O professor Albino era ótimo, tinha bastante didática, era aquele professor que trabalhava certinho, era o tipo do professor. Chegava à sala, explicava muito bem. Tinha uma letra muito bonita. Ele era muito bom”.

Em relação ao planejamento das aulas, os alunos têm como referência o material utilizado pelos professores para a condução de sua docência, como uso de fichas, cadernos de anotações, e ou, a presença de material didático em sala de aula. A presença de material didático resumia-se na utilização de mapas e globos, usados pela professora Ir. Myriam Hansel, em Geografia. Segundo os relatos era uma professora muito dinâmica e explicava muito bem os conteúdos.

No Ginásio Estadual de Tangará da Serra, os professores deveriam seguir o programa estabelecido pela Delegacia de Educação e Cultura; os mesmos tinham liberdade para formular as questões nas provas e exames e autoridade para julgamento das respostas dos alunos. Os professores, embora em maioria não habilitados para a função, eram autoridades em sala de aula e na comunidade.

Regimentalmente, os professores deveriam: zelar pela disciplina da escola e de sua sala de aula; apresentar, no início do ano letivo, o plano de curso a ser revisado pelo diretor; executar o programa de sua disciplina de acordo com o plano de curso autorizado pelo diretor; desenvolver a educação moral e cívica dos alunos; escriturar de forma correta o diário de classe e o livro ponto; promover aulas que contemplem atividades extraclasse; comentar com os alunos os resultados das provas, esclarecendo os erros cometidos; participar de cursos de aperfeiçoamento; fazer questionamentos cotidianamente aos alunos sobre os conteúdos trabalhados; manter os alunos na classe durante as aulas; escolher os livros didáticos a serem trabalhados com os alunos dando conhecimento à diretoria; participar das atividades solenes indicadas pelo estabelecimento de ensino (GINÁSIO... 1969).

O modelo de professor esperado no ginásio era de um professor comprometido com a disciplina dos seus alunos, atento para com as solicitações da direção e formador de alunos conhecedores dos conteúdos curriculares, e patriotas. Nas ações curriculares da escola percebe-se uma transversalidade na formação cívica e moral dos alunos, uma preocupação para além do ensino de conteúdos de uma disciplina.

O professor, em conformidade com o regimento escolar, não tinha muita autonomia, porém, quando os alunos caracterizam o cotidiano da escola e de suas salas de aulas, percebe-se uma autônima considerável do professor, em relação aos conteúdos e aos métodos trabalhados.

O órgão de representação dos professores, era o Conselho de Professores, que, depois do diretor, era o órgão máximo da escola. O conselho era formado por um professor de cada disciplina e presidido pelo diretor. Este Conselho tinha diversas atribuições, tais como: emitir parecer sobre qualquer assunto de ordem didática ou disciplinar; organizar comissões para discutir assuntos de interesse do ginásio; reavaliar o rendimento escolar do aluno emitindo parecer sobre o resultado final do aproveitamento escolar; e propor modificações no Regimento Escolar.

Além dos professores que trabalharam em 1969, outros realizaram trabalhos de docência no ginásio, de 1970 até 1971 e no ensino de 1º grau, de 5ª à 8ª série até 1975, conforme verificação no livro de registro de frequência. Foram professores durante este período: Pr. Albino Ferraz, Alvina Barreto, Antônio Tonon, Ataliba José Pegorini, Ir. Delfina Müller, Dirce Rigolon Silva, Pe. Edgar Henrique Muller, Francisco Ciro Leite, Ir. Florida Kroetz, Ir. Gisela Neuman, Inês Rodrigues dos Santos Cera, José Delcaro, José Gonçalves Capucho, José Neves Sena, Kiyoshi Hasegawa, Júlio Garcia Cagnin, Maria Amélia, Maria Eugênia Bergamim, Maria Garcia Villaça, Marilene da S. Pegaroni, Ir. Maria Laura Hansel, Maria Helena Batista, Neusa Barbosa Matias, Pe. Renato Roque Barth, Suzi Porfírio, Thais Bergo Duarte Barbosa<sup>1</sup> e Yone Aparecida C. Raffa.

Estes professores, listados no parágrafo anterior, também continuavam com a mesma metodologia dos professores de 1969, uma parte considerável aprendeu a lecionar nas salas de aulas do ginásio estadual. Conforme o número de migrantes aumentava a população em Tangará da Serra, novas salas de aula foram surgindo e o número de professores foi crescendo.

As questões cotidianas relacionadas ao trabalho docente eram muito pontuais. Há vários registros de ausência de professores nas aulas, alguns justificados por problemas de saúde, atividades relacionadas à escola e outros motivos. Porém, há muitas ausências sem justificativa. Em 1970, a direção do ginásio criou um documento para que o professor justificasse sua ausência. Conforme Batista (2009) muitas

ausências dos professores estão no fato de que eles, exerciam outras atividades além do magistério, e em maior parte a docência não era a atividade principal.

No livro ponto dos professores, que funcionava também como um diário de anotações do cotidiano escolar, encontra-se registro de queixas de alunos em relação ao trabalho dos professores. As reclamações foram informadas em nome da turma mantendo de forma sigilosa o nome do representante de sala ou o reclamante do fato, como no registro de 20 de setembro de 1972. “A 2ª série noturna chefiada por alguém reclamou na secretaria certas atitudes do professor de português” (GINÁSIO, 1973:22).

Houve casos em que o professor ao se ausentar da escola, solicitava que alguém o substituísse, muitas vezes, pessoas sem formação para a docência. Em outras ocasiões, as próprias pessoas da escola realizavam esta atividade. “As aulas de História e Geografia foram dadas por auxiliar administrativo” (GINÁSIO, 1972:12).

Nas lembranças dos alunos, estão presentes estas ações de ausência de professores, da dispensa de aulas por esse motivo, e da falta de profissional qualificado para o magistério, porém, em seus relatos fica evidente a autoridade do professor e o compromisso deles ao assumir papéis, um deles, o de ser professor, para contribuir com a comunidade que se organizava em Tangará da Serra, ajudando na formação de crianças, adolescentes e adultos que buscavam a escola.

Os estudantes migrantes, além do controle feito pela arquitetura escolar, tinham um controle jurídico exercido pelo Regimento Escolar, que para eles reservava poucos direitos, o de receber adequada orientação, podendo frequentar além das aulas da série, as sessões destinadas a trabalhos complementares, o de participar de excursões de atividades esportivas, e de utilizar a biblioteca da escola. Em relação aos deveres, são 18 itens a obedecer e 20 proibições.

Em se tratando dos deveres, pode-se pontuar a necessidade de acatar a autoridade do diretor, professor, secretário e demais funcionários da escola; usar diariamente o uniforme; apresentar-se com asseio e alinhado; levantar-se em classe à entrada e saída do professor, do diretor, de autoridade de ensino ou de visitantes; dentre outros deveres (GINÁSIO, 1969).

Em relação às proibições estão as questões relacionadas à entrada e saída da sala de aula sem a permissão do professor; distrair a atenção do colega durante a aula; usar o nome do estabelecimento sem autorização do diretor; desacatar a autoridade do diretor,

do professor; formar grupos e promover algazarras nos corredores; e outras questões de ordem moral.

Os alunos se envolviam diariamente em atividades extraclasse, como a realização de peças teatrais, solenidades com representantes políticos e cívicas, realização de festas juninas, dentre outras. Há vários registros de dispensas de aulas para ensaio de marchas, para organizar o jardim da escola e para apresentação de teatro.

As atividades artísticas sempre contaram com a participação do aluno José Amaury Pereira<sup>1</sup>, que criava, dirigia e atuava em diversas peças teatrais em Tangará da Serra. Era também o instrutor da fanfarra. As peças teatrais dos alunos de Tangará da Serra eram representadas em outras cidades, como destaca a Folha de Tangará.

Elenco teatral de Tangará, apresentou ontem em Rosário Oeste a peça 'E daí, Bicho?', a convite da Sra. Delegada de Ensino, que promove naquela cidade uma campanha beneficente em prol da compra de mãos mecânicas à uma jovem daquela localidade, que teve as duas mãos amputadas devido à um acidente elétrico naquela cidade. O elenco tangaraense, em nome de todo o povo de Tangará, foi lá levar seu quinhãozinho de ajuda, pois a renda da apresentação foi totalmente revertida à essa campanha. A Folha de Tangará, congratula-se com este elenco teatral, desejando-lhes muito sucesso (FOLHA DE TANGARÁ, 1974:3).

O centro cívico da escola era ativo e desenvolvia várias atividades principalmente na participação de festas, em especial as juninas, para angariar recursos para a manutenção do prédio escolar, pouco assistido ao longo dos anos, pelos governos de Mato Grosso.

Na formatura da 8ª série realizada no dia 30 dezembro de 1972, os alunos, após a missa celebrada pelo professor e padre Edgar Henrique Muller, receberam seus certificados de conclusão de 8ª série, na Igreja Matriz de Tangará da Serra, ocasião em que todos estavam usando o uniforme escolar. Os homens, calça comprida azul de tergal, meias e sapatos pretos e camisa branca com brasão do Estado de Mato Grosso pintado no bolso. As mulheres usavam saia azul de tergal, sapatos pretos com meias brancas e camisa branca com brasão do Estado de Mato Grosso pintado no bolso. Na imagem, sem uniforme escolar, na fila atrás está a Delegada de Ensino e Cultura de Rosário Oeste, Ir. Maria Monfort.

A formatura realizada no espaço da Igreja Católica mostra a relação muito próxima entre a Igreja e a escola em Tangará da Serra. Os padres e freiras estiveram,



principalmente até 1975, como professores e diretores escolares. Na maioria das atividades estas duas instituições eram parceiras na formação do migrante. A Igreja, localizada na época, especialmente no centro da cidade de Tangará da Serra, mantinha uma aproximação muito significativa em todos os campos sociais.

Os alunos concluintes da 8ª série em 1972 tiveram de uma forma geral, uma trajetória escolar significativa. Alguns continuaram a estudar na própria Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, realizando um curso de 2º grau<sup>7</sup> em 1973, que somente em 1974 foi definido como curso de Magistério de 1º grau – nível I a IV. No imaginário dos ex-alunos e em parte da documentação escolar até 1976 está registrado como curso Normal.

A Lei 5.692/71, que estabelece diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginasial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia (TANURI, 2000:80).

Em 1973, muitos alunos se matricularam na primeira turma do 2º grau. As disciplinas cursadas naquele ano foram Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, OSPB, Matemática, Ciências Físicas Biológicas, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso. As disciplinas de formação específica só foram oferecidas a partir do segundo ano do curso.

Conforme a Grade Curricular do período letivo de 1973 à 1975 do curso de Magistério, como disciplinas de formação profissionalizante, os alunos cursaram: Filosofia e História da Educação, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Biologia Educacional, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Metodologia e Prática de Ensino. Nos últimos anos do curso também foram oferecidas as disciplinas de Educação Física e Língua Estrangeira Moderna (Inglês).

O 2º grau com habilitação em Magistério era basicamente para atender a necessidade da demanda de professores que já estavam em atividades nos grupos

---

<sup>7</sup> O ensino de 2º grau em Tangará da Serra poderá ser objeto de investigação em trabalhos posteriores.

escolares. Dentre os alunos que fizeram parte da primeira turma de II Grau em Tangará da Serra estão: Aparecida Oliveira dos Santos, Antônio Alves de Moraes, Afonso Silveira Torres, Abedias de Souza Gama, Antônio Francisco de Melo, Elza Batista da Costa, Élson Ferreira Morais, Ema Loriato, Fátima Cristina Martinelli, Geraldo Magela F. Ramos, Grácia Paternez, Helena Alves da Conceição, Heracilda Dutra de Azevedo, Ivana de Souza Medeiros, José Ezequiel Ramos, Loide Coelho Lopes, Maria Torres Morais, Marilene de Souza Pegorini, Maria Margarida Ramos, Rita Aparecida dos Santos e Silas Corsino.

Dentre este grupo de 21 alunos que entraram para o 2º grau em 1973, apenas sete concluíram o curso de Magistério em 1975, os demais formandos em 1975 entraram no curso com transferência de outras localidades. Esse movimento mostra a mobilidade dos espaços de colonização em Mato Grosso. A abertura da fronteira agrícola, o estímulo para a ocupação do Centro-Oeste e da região Norte do Brasil fez com que a circulação das pessoas ocorresse de forma intensa.

Neste movimento, mais nove pessoas vieram somar ao curso normal. E em 1975 formaram então 16 novos professores. Os concluintes foram: Alvina Barreto, Antonio Francisco de Melo, Coleta Esteves, Edinéia Simões Matias, Elza Batista da Costa, Ema Loriato, Fátima Cristina Martinelli, Grácia Paternez, Imair Terezinha dos Santos, Inês Rodrigues dos Santos Cera, João Flauzino de Oliveira, Maria Dilza Souza Couto, Maria Lazara Cunha Ramos, Maria Stella Castilho, Rita Aparecida dos Santos e Maria Margarida Ramos. Dentre estes, apenas João Flauzino de Oliveira não se dedicou ao magistério. Alvina Barreto foi secretária de escola e professora, depois se dedicou a atividade comercial. Antônio Francisco de Melo e as demais formandas estiveram parte de suas vidas profissionais ligados à educação escolar. Muitos inclusive, já aposentaram na educação. A imagem a seguir, mostra parte dos formandos no baile de formatura. Ao centro estão os professores do Magistério Mítuo Matumoto e Aparecida Xavier Matumoto.

As aulas do Magistério eram oferecidas no período noturno. Segundo relatos, muitos realizaram matrícula no primeiro ano do segundo grau em 1973, porém, não havia sido definido qual seria a habilitação, desta forma, muitos desistiram em especial os homens, pois durante o ano de 1973 ficaram sabendo que o curso seria, a partir de

1974, definido como Magistério e que não tinham habilidade para o exercício desta função e também o salário não era atrativo.

A partir de 1974 a primeira série do ensino de 2º grau funcionava no período vespertino, enquanto que as demais séries funcionavam no período noturno. Este fato impedia os homens de estudarem o 2º grau, pois em sua maioria eram empregados e tinham jornada diurna para cumprir com seus trabalhos.

Um novo espaço para a educação masculina e para as mulheres que não dispunham de tempo para estudar no período vespertino, só foi vislumbrado em 1975 com a criação do curso de 2º grau com habilitação em Técnico em Contabilidade. Para o funcionamento de todos os níveis de ensino, a criação de escolas em Tangará da Serra, foi resultado da movimentação da comunidade. A escolarização em áreas de colonização recente de Mato Grosso foi resultado de ações coletivas da população envolvida, como demonstra esta matéria publicada em Tangará da Serra, no dia 16 de fevereiro de 1975.

[...] segundo orientação da Delegada de Ensino, com relação ao curso Técnico para Tangará da Serra, foi feito o levantamento tanto de alunos como de professores, dando uma clara visão, não somente das condições de funcionamento como a sua necessidade. Em reunião realizada no dia 13p.p. no Grupo Escolar Tangará, presidida pela Diretora Dinamar, com a presença de vários contabilistas e professores, foi então criado o Corpo Docente, sendo assim formado: Neusa, Ir. Florida (Irmã Osvalda), Marta, Sebastião, Ivana, Fernando, José Delcaro, Antônio Carlos e Clelia Maria.

Ficando vago apenas o professor de programação de saúde, o qual contamos com a colaboração do Dr. Amauri, que se achava ausente nesta data.

Além de contarmos com a colaboração espontânea dos acima mencionados, devemos muito nesta iniciativa ao dinamismo e amor à causa do ensino do Pe. Ivo (FOLHA DE TANGARÁ, 1975:01).

A partir de 1973 as matrículas do Ginásio Estadual tiveram um significativo crescimento, a abertura do ensino de 2º grau vislumbrou novas expectativas para os alunos e em 1975 com a criação do 2º Grau com habilitação em Técnico em Contabilidade motivou várias pessoas a retornarem à escola. A Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra cresceu, unificou-se como o Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e transformou-se em Escola Estadual de I e II Graus “29 de Novembro”, na atualidade, com uma nova arquitetura, apenas Escola Estadual “29 de Novembro”.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, José Onofre. Em entrevista para o autor. Cuiabá, 28 fev. 2009.
- BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. Cultura, Tradição, Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim. (orgs.). *Percurso e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*. Uberlândia: EDUFU, 2007. p.13 – 22.
- CAGNIN, Júlio Garcia. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 28 jul. 2009.
- CHARTIER, Roger, *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger, *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, DIFEL: Rio de Janeiro: Beltrand Brasil S.A, 1990.
- FERRAZ, Albino. Em entrevista para o autor. Campo Grande – MS, 21 jul. 2009.
- GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; \_\_\_\_\_. (orgs.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). p. 3 – 24.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Atas gerais dos exames de admissão – 1969.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Livro Ponto do corpo docente e pessoal administrativo e Professores – 1970.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Livro Ponto Professores – 1969.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Planta Baixa de escola Distrital, 1969.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Regimento Escolar – 1969.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Registro ponto diário de aulas dos professores – 1971.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Registro ponto diário de aulas dos professores – 1972.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Registro ponto diário de aulas dos professores e pessoal administrativo – 1973.
- GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. Registro ponto diário de aulas dos professores e pessoal administrativo – 1974.
- GONÇALVES. Ivone Paternez. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 02 jan. 2008.

- HANSEL, Maria Laura. Em entrevista para o autor. Porto Alegre - RS, 15 jul. 2007.
- JORNAL FOLHA DE TANGARÁ, Ano I nº 1 a Ano 2 nº 54. Tangará da Serra - 1974 a 1975.
- JULIÁ, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) n.1, jan. jul., pp.9-43, 2001.
- KROETZ, Florida. Em entrevista para o autor. São Miguel do Oeste - SC, 22 jul. 2007.
- MATO GROSSO. Decreto Legislativo nº 2.876, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968.
- MATO GROSSO. Decreto Lei nº 1.084 de 04 de março de 1970, dispõe sobre a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de março de 1970.
- MATO GROSSO. Resolução nº 23 de 10 de março de 1970, autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra no município de Barra do Bugres, publicada em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de julho de 1970.
- MELO, Antônio Francisco de. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 02 jan. 2008.
- PATERNEZ, Maria Margarida Ramos. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 06. fev. 2009.
- PEREIRA, Grácia Paternez. Entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 jan. 2009.
- SENA, José Neves. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 abr. 2009.
- SOUZA, Rosa Fátima. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, nº 14, maio/jun/jul/ago. p. 61 -88, 2000.
- VIEIRA, Alvina Barreto. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra, 04 fev. 2009.